



## RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE SÃO BORJA EM 16.08.2016

Aos 16 dias do mês de agosto de 2016, compareceu à sede da Vara do Trabalho de São Borja o Excelentíssimo Senhor **MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO**, Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhado das servidoras Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0004085-37.2016.5.04.0000 (PA). O Desembargador Vice-Corregedor e a sua equipe foram recebidos pelo Juiz Titular Adair João Magnaguagno, pelo Diretor de Secretaria Aparicio Brasil Cabral Neto e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

**Data da instalação da Vara do Trabalho:** 19.04.1990

**Data da última correição realizada:** 04.08.2015

**Data de Implantação do PJe:** 03.09.2015

**Jurisdição:** Garruchos, Itaqui, Maçambará, Santo Antônio das Missões e São Borja

**1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2015 a 16.08.2016**

### 2 ESTRUTURA FUNCIONAL

#### 2.1 JUÍZES

Juiz (a)	Situação	Período
Adair João Magnaguagno	<b>Juiz Titular</b>	Desde 28.11.2014

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 04.08.2016)

#### 2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria nº 04/2016, da Corregedoria Regional deste TRT, a Vara do Trabalho de São Borja pertence à 101ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição tem regime de lotação singular.

#### 2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	<b>Adair João Magnaguagno</b>	Desde 28.11.2014	Juiz Titular	01 ano, 08 meses e 19 dias



2	<b>Denilson da Silva Mroginski</b> (Juiz do Trabalho Substituto)	20.07 a 02.08.2015	Atuou em razão das férias do Juiz Titular	13 dias
		18.07 a 31.07.2016	Atuou em razão das férias do Juiz Titular	14 dias
3	<b>Jaqueline Maria Menta</b> (Juíza do Trabalho Substituta)	07.01 a 09.02.2016	Atuou em razão das férias do Juiz Titular	01 mês e 03 dias
4	<b>Fernando Formolo</b> (Juiz Titular da VT de Santiago)	11.07 a 17.07.2016	Atuou em razão das férias do Juiz Titular	07 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 04.08.2016)

#### 2.1.4 Afastamentos do Juiz Titular durante o Período Correcionado

Juiz (a)		Motivo	Dias de Afastamento	Total
Titular	<b>Adair João Magnaguagno</b>	Férias	07.01 a 05.02.2015	30 dias
		Férias	20.07 a 02.08.2015	14 dias
		Férias	07.01 a 09.02.2016	34 dias
		Férias	11.07 a 31.07.2016	21 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 04.08.2016)

## 2.2 SERVIDORES

### 2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

Considerando o que consta do Provimento CGJT nº 02/2015 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, na recomendação contida na Ata de Correição Ordinária da CGJT realizada na 4ª Região em 2015, e ainda conforme os Processos Administrativos nº 0003511-48.2015.5.04.0000 e nº 0004510-98.2015.5.04.0000, restou determinado, dentre outros aspectos, que a lotação de pessoal ocorrerá exclusivamente em Vara do Trabalho quando na circunscrição houver Posto Avançado. Assim, os servidores anteriormente lotados em Postos Avançados vinculados à Vara única foram relotados na respectiva Vara, e os servidores lotados em Postos vinculados a Foro Trabalhista, foram distribuídos proporcionalmente entre as respectivas Varas. Assim, cada Posto Avançado funcionará com servidores lotados em Varas colocados à sua disposição.

Apresenta-se na tabela a seguir parte da nova estrutura organizacional com lista de pessoal da Vara do Trabalho de São Borja, onde constam também os servidores que atualmente estão à disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Itaqui.

#### Servidores lotados na Vara do Trabalho de São Borja



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Servidor (a)		Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Aparicio Brasil Cabral Neto	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Diretor de Secretaria (CJ3)</b>	07.01.2000
2	Deborah Graciano Martin	Analista Judiciário – Área Judiciária	<b>Assistente de Juiz Titular (FC05)</b>	04.12.2014
-	Lenita Teresinha Dall Igna	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente de Juiz Substituto (FC05)</b>	27.04.2015
3	Vinicius Torbitz Palmeiro	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)</b>	24.05.2007
4	Ederson Caetano da Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Secretário de Audiência (FC03)</b>	06.06.1997
5	Marluzy da Silva Likes	Analista Judiciário – Área Judiciária	<b>Assistente (FC02)</b>	04.09.2012
6	Roberta Zanandrea Contin	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	18.11.2013
7	Silvio de Oliveira	Analista Judiciário – Área Judiciária	-	25.11.2010
-	Roberto Tomoyochi Kawano	Analista Judiciário-Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	26.09.2013

**Servidores lotados na Vara do Trabalho de São Borja à Disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Itaquí**

Servidor (a)		Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Margaret Leonora Kayser	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente Chefe de Posto (FC05)</b>	02.12.2009
2	Leandro Fraga Bergmann	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente FC02</b>	19.05.2014



3	Janice Dal Santo da Ros	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente FC02</b>	07.01.2016
---	-------------------------	---	------------------------	------------

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 14.07.2016)

\* A servidora Janice Dal Santo da Ros, muito embora esteja lotada no Posto, trabalha na Vara de São Borja.

No posto de Itaqui estão trabalhando apenas dois servidores e um estagiário.

## 2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2013, 2014 e 2015)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
833,33	751-1.000	10	9 a 10

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau. Consideradas as alterações realizadas posteriormente pelas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, e, visando o cumprimento da Meta Nacional nº 3 do Conselho Nacional de Justiça para o exercício de 2014, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adotou os seguintes critérios para definição da lotação mínima das unidades judiciárias de 1º grau: a) quando a movimentação processual se situar na metade inferior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite inferior e b) quando a movimentação processual se situar na metade superior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite superior. A Administração estabeleceu como diretriz a utilização do número máximo de servidores previsto na Resolução CSJT 63/2010, sempre que possível, para cada faixa de movimentação processual das Varas do Trabalho.

Com base no exposto, o número atual de servidores da Vara do Trabalho de São Borja está dentro dos parâmetros previstos nas referidas normas.

Há que se ressaltar, no entanto: a) diante da publicação recente do Provimento CGJT nº 02/2015 determinando a relocação de servidores dos Postos Avançados nas Varas Trabalhistas da respectiva circunscrição e b) o conseqüente e necessário retorno dos processos então distribuídos aos Postos Avançados para as respectivas Varas - que as faixas processuais e a adequação de lotação das Unidades Judiciárias constantes da Resolução CSJT nº 63/2010 e alterações posteriores carecerão de análise.

Nesse sentido, visando fazer frente aos dados administrativos e judiciários advindos da tomada em conjunto de informações a partir do momento presente, buscar-se-á ajustar o dimensionamento da estrutura de pessoal à nova realidade imposta pela concentração de registro dos processos trabalhistas em Varas.

## 2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Servidores lotados na Vara do Trabalho de São Borja			
Servidor(a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Aparicio Brasil Cabral Neto	Cursos ou eventos	6	7 dias
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	
Deborah Graciano Martin	Cursos ou eventos	1	1 dia
Lenita Teresinha Dall Igna *Desde 27.04.2015	Cursos ou eventos	1	1 dia
Vinicius Torbitz Palmeiro	Cursos ou eventos	5	5 dias
Ederson Caetano da Silva	Cursos ou eventos	1	1 dia
Marluzy da Silva Likes	Licença-Gestante (LG)	51	111 dias
	Gestante Prorrogação (LG)	60	
Roberta Zanandrea Contin	Licença-Gestante (LG)	120	180 dias
	Gestante Prorrogação (LG)	60	
Silvio de Oliveira	Cursos ou eventos	2	85 dias
	Curso Parcial	1	
	Doença em Pessoa da Família (LPF)	5	
	Licença para tratar interesses particulares com contribuição (LTIP)	75	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	2	
Roberto Tomoyochi Kawano	Cursos ou eventos	1	1 dia

Servidores lotados na Vara do Trabalho de São Borja à Disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Itaquí			
Servidor(a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Margaret Leonora Kayser	Cursos ou eventos	10	10 dias
Leandro Fraga Bergmann	Cursos ou eventos	5	6 dias
	Curso Parcial	1	
Janice Dal Santo Da Ros *Desde 07.01.2016	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 18.07.2016)

\* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.



## 2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

Vara do Trabalho de São Borja					
Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída	
1	Marcia Cantelli Pinto*	18.03.2014	12.04.2015	1 ano e 25 dias	Lotação na 2ª Vara do Trabalho de Santa Rosa – Assistente de Juiz Substituto (FC05)
2	Silvio De Oliveira	26.11.2010	18.07.2016	5 anos, 7 meses e 23 dias	Lotação no PAJT de Itaqui
3	Guilherme Steigleder	05.08.2013	21.10.2015	2 anos, 2 meses e 17 dias	Lotação no PAJT de Tramandaí – Assistente (FC02)
4	Tiago Girardi Bairros	14.07.2014	25.02.2016	1 ano, 7 meses e 12 dias	Lotação na Central de mandados de Santa Rosa

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 20.07.2016)

\*A servidora já ocupava a função de Assistente de Juiz Substituto (FC05) na Unidade Judiciária correccionada.

Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Itaqui					
Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída	
1	Fernanda Taborda Maier Silva	13.02.2015	30.03.2015	01 mês e 18 dias	Lotação na VT de Cruz Alta – Assistente de Juiz Titular (FC05)
4	Alex Bernardes	08.08.2014	12.10.2015	01 ano, 02 meses e 05 dias	Lotação na 29ª VT de Porto Alegre – Secretário de Audiência (FC03)



5	Fernanda Muenzer Pereira	09.06.2015	01.09.2015	02 meses e 23 dias	Lotação na 17ª VT de Porto Alegre – Secretária de Audiência (FC03)
---	--------------------------	------------	------------	--------------------	--

## 2.2.5 Estagiários

Atualmente a Vara do Trabalho de São Borja não conta com estagiário. Há previsão de chegada de um estagiário a partir de 01.09.2016, conforme relatou o Diretor.

## 3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

### 3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT, foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.

Em face disso, a Vara do Trabalho de São Borja foi enquadrada na faixa de movimentação processual de 751 a 1.000 processos por ano. Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de toda as unidades de 1ª instância de todo o TRT4.

Unidades Judiciárias com 751 a 1.000 processos por ano	2013	2014	2015	Média
	954	1.070	912	978,67
Encantado - 01a Vara	1.122	593	760	825,00
Erechim - 01a Vara	589	904	967	820,00
Erechim - 02a Vara	553	914	963	810,00
Erechim - 03a Vara	971	908	976	951,67
Esteio - 01a Vara	723	779	841	781,00
Esteio - 02a Vara	777	782	887	815,33
Estrela - 01a Vara	931,67	931,67	931,67	931,67
Estrela - 02a Vara	931,67	931,67	931,67	931,67
Frederico Westphalen - 01a Vara	757	959	926	880,67



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Rio Grande - 01a Vara	738	802	1.009	849,67
Rio Grande - 02a Vara	727	858	1.023	869,33
Rio Grande - 03a Vara	820	820	1.083	907,67
Rio Grande - 04a Vara	776	868	1.062	902,00
Santa Pana do Livramento - 01a Vara	719	812	755	762,00
Santa Rosa - 01a Vara	610	727	1.018	785,00
Santa Rosa - 02a Vara	632	694	1.002	776,00
<b>São Borja – 01ª Vara</b>	<b>919*</b>	<b>787*</b>	<b>794*</b>	<b>833,33</b>
Sapucaia do Sul - 01a Vara	955	979	1.004	979,33
Sapucaia do Sul - 02a Vara	939	969	1.012	973,33
Soledade - 01a Vara	837	936	821	864,67
Vacaria - 01a Vara	838	970	813	873,67
Unidades com 701 a 1.000 processos por ano	17.819	18.994	20.491	868,26

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

\* Estão inclusos nesse número os casos novos do PAJT de Itaquí

### 3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015- 2016
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	948	954	0,63%	885	-7,23%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	110	123	11,82%	94	-23,58%
Pendentes de finalização na fase de execução***	1.406	1.392	-1,00%	1.394	0,14%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	37	37	0,00%	27	-27,03%
<b>Total</b>	<b>2.501</b>	<b>2.506</b>	<b>0,20%</b>	<b>2.400</b>	<b>-4,23%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

\* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

\*\* Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

\*\*\* Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b)





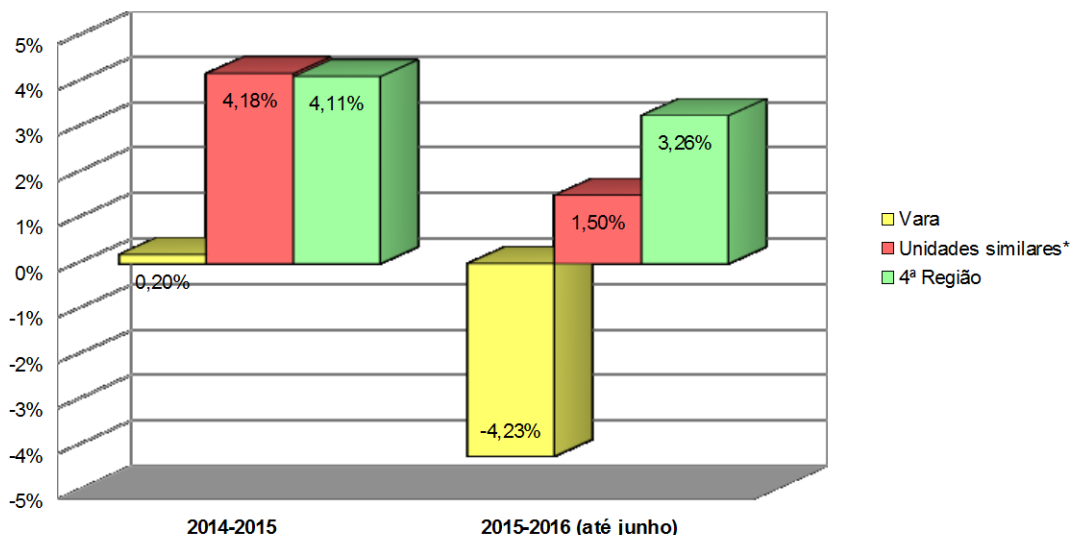
arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

\*\*\*\* **Estão inclusos nesse número os casos novos do PAJT de Itaquí**

No ano de 2015 praticamente não houve variação no número de processos tramitando na Unidade Judiciária, diferentemente do que ocorreu com as demais Unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, em que houve aumento de 4,18% no estoque de processo em tramitação, e com a média de toda 4ª Região no período, que registrou elevação de 4,11% dos processos em tramitação.

Ademais, no período de janeiro a junho de 2016, o estoque de processos tramitando recuou 4,23%, resultado melhor que a média das Unidades com tramitação processual entre 751 e 1.000 processos por ano, bem como à média regional no período, como aponta o gráfico abaixo.

Varição do acervo de processos tramitando



### 3.3 FASE DE CONHECIMENTO

#### 3.3.1 Processos Pendentes de Solução

	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 30.06)	Varição 2015-2016
Casos novos	787	794	0,89%	386	-51,39%
Sentença Anulada/Reformada	5	4	-20,00%	1	-75,00%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)	792	824	4,04%	397	-51,82%
Processos pendentes de solução	413	360	-12,83%	352	-2,22%

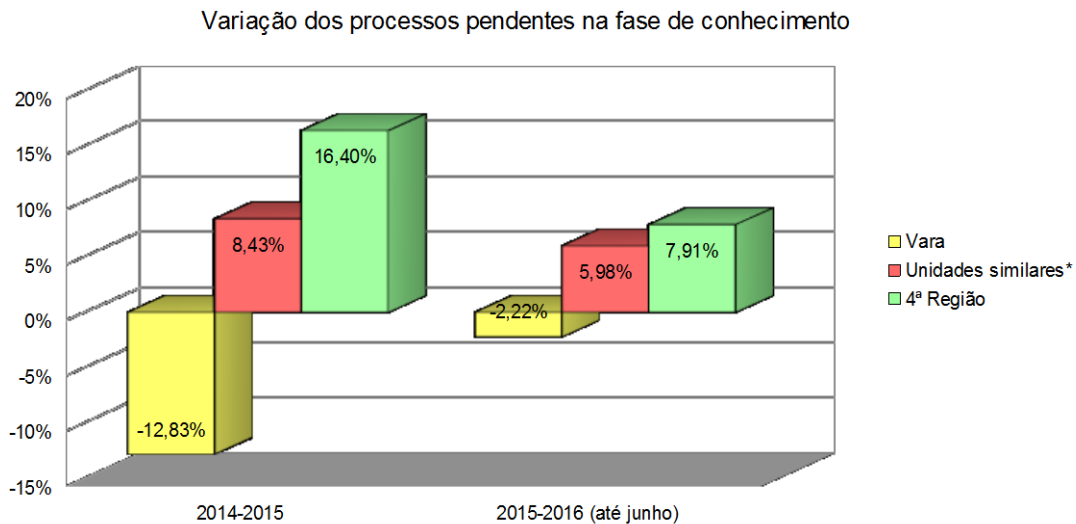
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016.

\* **Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito**



No ano de 2015, registrou-se uma redução de 12,83% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 413 para 360 processos). Referida queda destoa da média das unidades de mesma faixa de movimentação processual (as quais registraram uma elevação de 8,43% em seus processos pendentes) e à média de todo o Regional (em que o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 16,40%). O principal motivo para este recuo no estoque da Unidade foi o aumento de 4,04% no número de processos solucionados no ano 2015.

Outrossim, os dados do primeiro semestre de 2016 apontam um novo recuo de 2,22% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento. Esse índice foi qualitativamente superior à média das unidades com tramitação processual similar, que experimentou aumento de 5,98%, e também à média de toda a 4ª Região no mesmo período de 2016, que totalizou aumento de 7,91%, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Ainda, quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontrava aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2015 (59,17%). Além disso, no período de 31.12.2014 a 31.12.2015 houve aumento na quantidade de processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade no percentual de 20,59%, passando de 34 para 41 processos. Especificações no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 30.06)	Varição 2015-2016
<b>Aguardando 1ª sessão de audiência</b>	104	48	-53,85%	83	72,92%
<b>Aguardando encerramento da instrução</b>	235	213	-9,36%	178	-16,43%



<b>Aguardando prolação de sentença – no prazo</b>	40	58	45,00%	50	-13,79%
<b>Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido</b>	34	41	20,59%	41	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>413</b>	<b>360</b>	<b>-12,83%</b>	<b>352</b>	<b>-2,22%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

### 3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos\* e em relação aos pendentes de julgamento\*\*

<b>Processos solucionados em relação aos distribuídos</b>					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
São Borja – 01ª Vara	100,64%	103,78%	3,12%	102,85%	-0,89%
Unidades similares*	88,89%	92,94%	4,56%	89,66%	-3,53%
TRT4 - 1ª Instância	85,92%	89,11%	3,72%	89,05%	-0,07%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

\* Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]

Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 103,78% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se um aumento de 3,12% no desempenho do ano anterior. O índice da Unidade foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4, em 10,84 e 14,67 pontos percentuais, respectivamente.

<b>Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento</b>					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
São Borja – 01ª Vara	64,65%	68,27%	5,59%	53,22%	-22,05%
Unidades similares*	63,53%	66,05%	3,96%	49,66%	-24,81%
TRT4 - 1ª Instância	55,82%	55,20%	-1,10%	38,53%	-30,20%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

\*\* Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados pela Vara do Trabalho de São Borja foi de 68,27% do número total de processos pendentes de julgamento, resultado 5,59% superior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho foi similar à média das demais unidades da mesma faixa de movimentação processual, superando-a apenas em 2,22 pontos percentuais, bem como foi maior que a média de toda a 4ª Região em 13,07 pontos percentuais.

### 3.3.3 Processos Solucionados



Processos solucionados							
Tipo de solução	2014		2015		2016 30.06)		
	QTD	%	QTD	%	QTD	%	
Com exame de mérito	Conciliação	352	44,44	387	46,97	183	46,1
	Julgado procedente	15	1,89	4	0,49	2	0,5
	Julgado procedente em parte	260	32,83	270	32,77	142	35,77
	Julgado improcedente	74	9,34	94	11,41	34	8,56
	Extinto	2	0,25	4	0,49	1	0,25
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>703</b>	<b>88,76</b>	<b>759</b>	<b>92,11</b>	<b>362</b>	<b>91,18</b>
Sem exame de mérito	Extinto	33	4,17	23	2,79	17	4,28
	Arquivamento (art. 844 CLT)	31	3,91	24	2,91	12	3,02
	Desistência	9	1,14	12	1,46	5	1,26
	Outras decisões	16	2,02	6	0,73	1	0,25
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>89</b>	<b>11,24</b>	<b>65</b>	<b>7,89</b>	<b>35</b>	<b>8,82</b>
<b>TOTAL</b>	<b>792</b>	<b>100</b>	<b>824</b>	<b>100</b>	<b>397</b>	<b>100</b>	

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

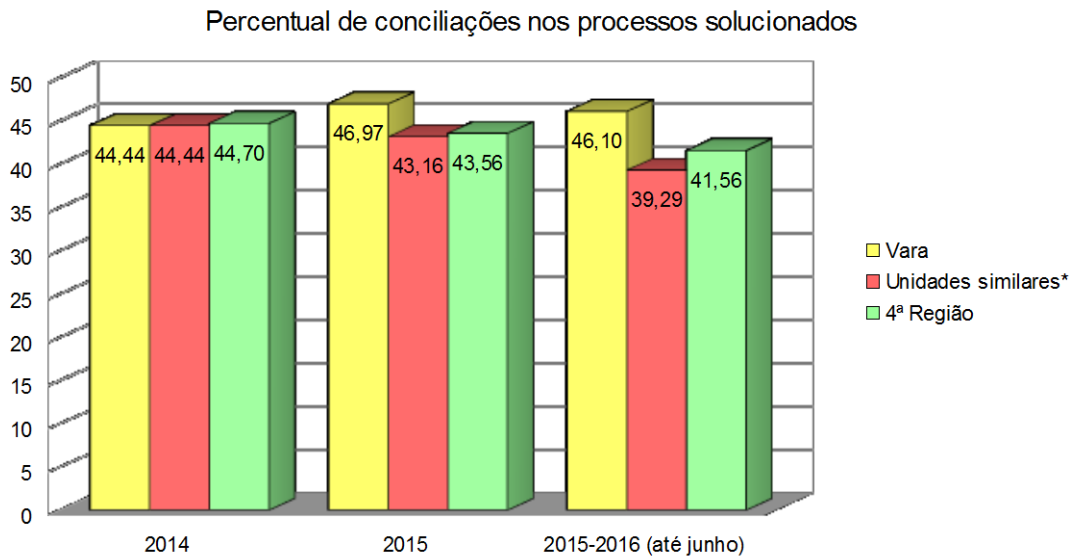
Verificou-se o aumento de 32 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2015, na comparação com o ano anterior, o que representa um acréscimo de 4,04% no resultado do último ano. Esse aumento foi inferior ao resultado das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual (as quais registraram uma elevação média de 9,54% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2014) e também à média de todo o regional que, em 2015, apresentou um aumento de 8,19% no número de processos solucionados em relação ao ano anterior.

Dentre os tipos de solução, verificou-se aumento no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2014 foram proferidas 351 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2015, esse número foi de 372 decisões, representando um aumento de 5,98%. O desempenho da Unidade nesse quesito, contudo, foi inferior ao resultado médio obtido no conjunto das demais varas similares, que alcançou 12,48%, bem como da média das unidades de primeira instância de toda a 4ª Região, que avançou 7,56%.

Ademais, a análise do quadro acima demonstra aumento do percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 352, representando 44,44% dos processos solucionados. Já em 2015, o número total de conciliações subiu para 387, correspondendo a 46,97% das soluções na fase de conhecimento – índice superior à média das unidades similares à correccionada, que foi 43,16%, e à média regional de 2015, que foi de 43,56%, conforme explicitado no gráfico que segue.



Por fim, constata-se que entre janeiro e junho do corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 46,10%, resultado superior à média das unidades com movimentação similar e à média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue:



### 3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO

#### 3.4.1 Processos pendentes de liquidação

	Liquidações				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
<b>Pendentes do período anterior</b>	53	106	100,00%	123	16,04%
<b>Iniciadas</b>	203	189	-6,90%	99	-47,62%
<b>Encerradas</b>	145	167	15,17%	125	-25,15%
<b>Pendentes</b>	<b>106</b>	<b>123</b>	<b>16,04%</b>	<b>94</b>	<b>-23,58%</b>
<b>Em arquivo provisório</b>	11	9	-18,18%	9	0,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

O número de processos pendentes na fase de liquidação passou de 106, em 2014, para 123, em 2015, importando em um aumento de 16,04%. Esse desempenho foi inferior ao das demais unidades com tramitação processual similar, cujo estoque sofreu redução de 6,17%, bem como ao índice de toda a primeira instância da 4ª Região, cujo acervo de processos pendentes na fase de liquidação aumentou 5,88% no período.

No primeiro semestre de 2016, entretanto, houve redução de 29 processos pendentes na fase de liquidação em relação a 31.12.2015 - o que



corresponde a uma queda de 23,58%, índice superior ao das unidades similares à correccionada, em que a média apresentou queda de 3,75%, e à média regional de 2015, que teve redução de 1,32%.

### 3.4.2 Liquidações encerradas em relação às iniciadas\* e em relação ao total pendente de encerramento\*\*

Liquidações encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
São Borja – 01ª Vara	71,43%	88,36%	23,70%	126,26%	42,90%
Unidades similares*	93,49%	93,92%	0,46%	93,45%	-0,49%
TRT4 - 1ª Instância	88,03%	88,43%	0,46%	89,52%	1,23%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

\* Fórmula: [número de liquidações encerradas / número de liquidações iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 88,36% das liquidações iniciadas no mesmo período, constatando-se um aumento de 23,70% em relação ao índice do ano anterior. Mesmo assim, o índice da Unidade foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 5,56 pontos percentuais, mas bastante similar à média geral do TRT4.

Liquidações encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
São Borja – 01ª Vara	56,64%	56,61%	-0,05%	56,31%	-0,54%
Unidades similares*	60,69%	62,29%	2,62%	49,77%	-20,09%
TRT4 - 1ª Instância	55,95%	54,32%	-2,92%	40,91%	-24,69%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

\*\* Fórmula: [número de liquidações encerradas / (liquidações pendentes do período anterior + liquidações iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de liquidações encerradas pela Vara do Trabalho de São Borja, em 2015, foi de 56,61% do número total de liquidações a encerrar – resultado praticamente idêntico ao verificado no ano anterior. Esse desempenho foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 5,68 pontos percentuais) mas mostrou-se acima da média geral do TRT4 em cerca de 2,29 pontos percentuais.

## 3.5 FASE DE EXECUÇÃO

### 3.5.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
--	------	------	-----------------------	---------------------	-----------------------

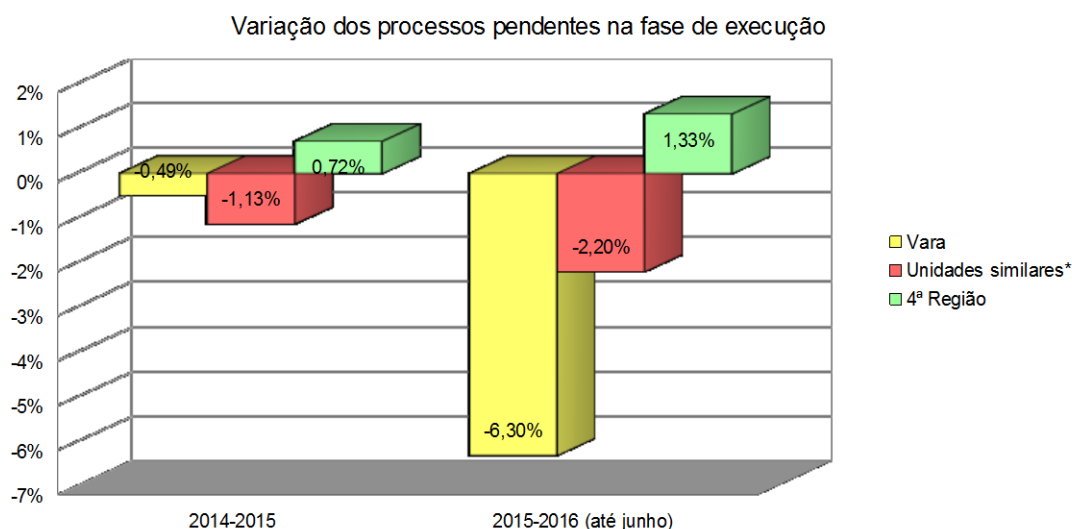


<b>Entrada</b>	<b>Iniciadas</b>	348	319	-8,33%	193	-39,50%
	<b>Desarquivadas para prosseguimento</b>	896	81	-90,96%	15	-81,48%
<b>Saídas</b>	<b>Encerradas</b>	497	351	-29,38%	184	-47,58%
	<b>Arquivadas Provisoriamente</b>	77	57	-25,97%	63	10,53%
<b>Pendentes</b>	<b>Exclusivamente crédito previdenciário</b>	9	11	22,22%	7	-36,36%
	<b>Demais</b>	804	798	-0,75%	751	-5,89%
	<b>Total</b>	<b>813</b>	<b>809</b>	<b>-0,49%</b>	<b>758</b>	<b>-6,30%</b>
<b>Saldo no arquivo Provisório</b>		1.302	1.276	-2,00%	1.321	3,53%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

Em 2015, o estoque de execuções pendentes na Unidade manteve-se praticamente igual ao ano anterior.

Os dados colhidos no período de janeiro a junho de 2016 apontam uma queda de 6,30% no estoque de processos pendentes na fase de execução, resultado superior à média regional no mesmo período, que avançou 1,33% no semestre.



### 3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas\* e em relação ao total pendente de encerramento\*\*

Execuções encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 30.06)	Varição 2015-2016
São Borja – 01ª Vara	142,82%	110,03%	-22,96%	95,34%	-13,35%
Unidades similares*	101,01%	73,58%	-27,16%	57,59%	-21,72%



TRT4 - 1ª Instância	95,90%	80,03%	-16,54%	71,19%	-11,05%
---------------------	--------	--------	---------	--------	---------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

\* Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 110,03% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se uma diminuição de 22,96% em relação ao índice do ano anterior. Ainda assim, o índice da Unidade foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 36,45 e 30 pontos percentuais, respectivamente.

Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 30.06)	Varição 2015-2016
São Borja – 01ª Vara	15,40%	14,42%	-6,37%	8,08%	-43,99%
Unidades similares*	18,32%	16,44%	-10,26%	8,75%	-46,77%
TRT4 - 1ª Instância	15,51%	15,39%	-0,79%	8,97%	-41,73%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

\*\* Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas pela Unidade em 2015 foi de 14,42% do número total de execuções a encerrar – resultado 6,37% menor que o verificado no ano anterior. Esse desempenho foi um pouco abaixo da média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4, com variações de 2,02 e 0,97 pontos percentuais.

### 3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 30.06)	Varição 2015-2016
<b>(B) Processos com Inclusão de Devedor no BNDT</b>	299	253	-15,38%	126	-50,20%
<b>(C) Processos com Exclusão de Devedor no BNDT</b>	228	197	-13,60%	101	-48,73%
<b>(D) Processos com Devedores Inscritos no BNDT</b>	<b>2.067</b>	<b>2.076</b>	<b>0,44%</b>	<b>2.080</b>	<b>0,19%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das





Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela Vara do Trabalho de São Borja, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.06.2014 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 30.06.2016. Dessa consulta, **não resultaram processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT.

### 3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2014			2015			2016 (até 30.06)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
<b>Embargos de declaração</b>	112	99	40	101	127	15	34	37	11
<b>Antecipações de tutela</b>	39	39	3	30	32	1	30	28	1
<b>Impugnações à sentença de liquidação</b>	3	2	6	5	8	4	4	2	6
<b>Embargos à execução</b>	67	100	22	63	56	20	50	23	46
<b>Embargos à arrematação</b>	5	2	3	1	6	0	0	0	0
<b>Embargos à adjudicação</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Exceções de pré-executividade</b>	3	4	5	5	8	3	2	2	3
<b>TOTAL</b>	<b>229</b>	<b>246</b>	<b>79</b>	<b>205</b>	<b>237</b>	<b>43</b>	<b>120</b>	<b>92</b>	<b>67</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 205 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que corresponde a um recuo de 10,48% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados diminuiu 3,66% na comparação entre os anos de 2014 e 2015, passando de 246 para 237. O número total de incidentes processuais pendentes de decisão, no entanto, recuou de 79, em 2014, para 43 processos em 31.12.2015, representando uma variação de 45,57%. Destaca-se, por fim, que, no primeiro semestre de 2016, o total de



incidentes processuais pendentes de decisão era de 67 processos, saldo 55,81% maior que o do final do período anterior; os embargos à execução eram a espécie com maior percentual (68,66%) dos incidentes ainda pendentes.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses e não estão adequadamente solucionados no sistema por motivos variados: seja pela inexistência de conclusão ao juiz para decisão, seja pela falta de lançamento do registro da decisão para a baixa da pendência do incidente no sistema informatizado, seja, ainda, pela escolha equivocada de andamentos no sistema para fazer a conclusão e a solução dos incidentes, tal como se demonstra no exemplo que segue:

1	0010046-33.2014.5.04.0871
Em 01.10.2015 foram opostos <b>embargos de declaração</b> pelo reclamante. Em 12.11.2015 os autos foram conclusos para despacho/decisão, tipo Embargos de Declaração. Ainda que tenham sido expedidas notificações de sentença em 13.11.2015, o processo não foi solucionado no sistema, motivo pelo qual continua como pendente.	

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 28.07.2016)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

## **4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO**

### **4.1 FASE DE CONHECIMENTO**

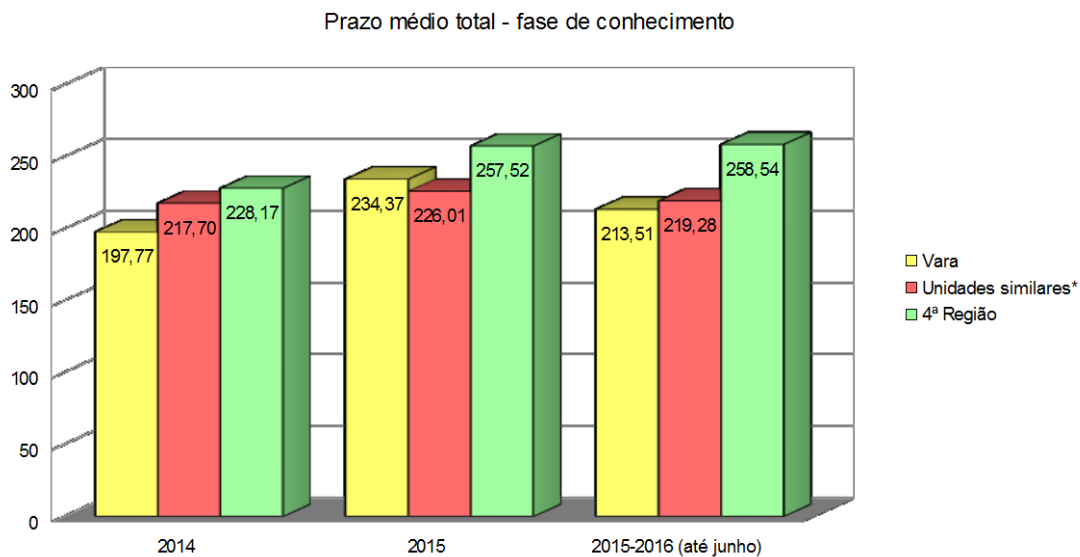
		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	<b>Média Sumaríssimo</b>	84,78	149,43	76,26%	56,25	-62,36%
	<b>Média Ordinário</b>	210,82	245,31	16,36%	225,71	-7,99%
	<b>Média Geral</b>	<b>197,77</b>	<b>234,37</b>	<b>18,51%</b>	<b>213,51</b>	<b>-8,90%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

No ano de 2015, o prazo médio total decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na Vara do Trabalho de São Borja apresentou elevação de 18,51%, passando de 197,77 para 234,37 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou aumento de 76,26% em relação à média do ano anterior, passando de 84,78 para 149,73 dias; por sua vez, o rito ordinário registrou um prazo médio de 245,31 dias, período esse 16,36% maior que o do ano de 2014. Registra-se, ainda, que os dados estatísticos colhidos entre janeiro e junho de 2016 apontam uma queda de 8,90% no prazo médio de tramitação na fase de conhecimento, o qual totalizou 213,51 dias ao final do referido período.



Nesse cenário, o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 3,7% maior (8,36 dias) que a média das unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 8,99% mais curto (23,15 dias) que a média de todas as Unidades de 1ª instância do TRT4. Outrossim, os dados do primeiro semestre de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de conhecimento foi 2,63% menor (5,77 dias) que as demais Unidades Similares e 17,42% menor (45,03 dias) que o da 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo:



## 4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

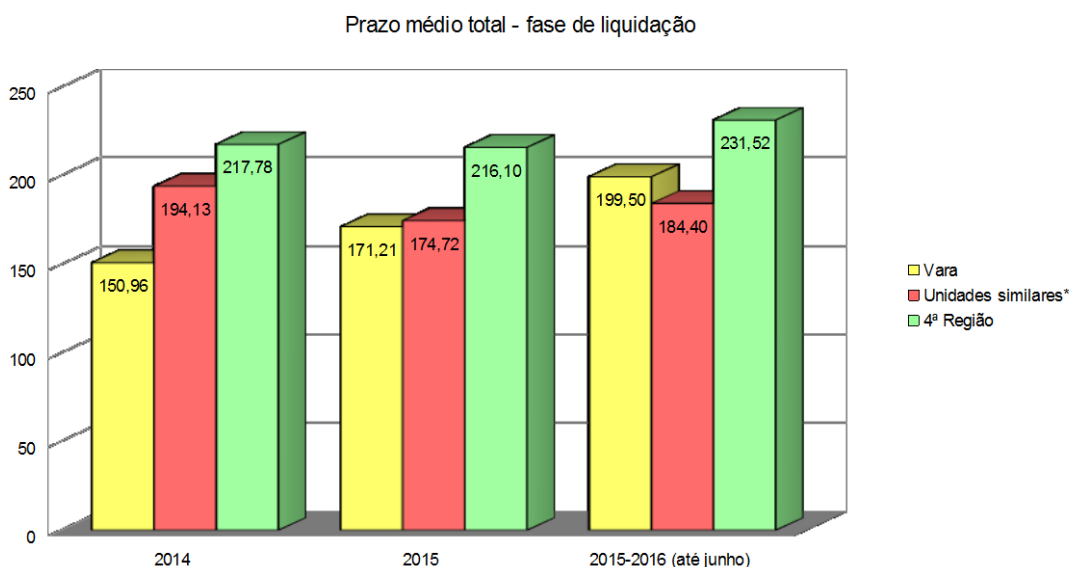
Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015- 2016
Do início ao encerramento da liquidação	Média Sumaríssimo	96	95,27	-0,76%	204,13	114,27%
	Média Ordinário	152,61	179,28	17,48%	199,12	11,07%
	Média Geral	<b>150,96</b>	<b>171,21</b>	<b>13,41%</b>	<b>199,5</b>	<b>16,53%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 95,27 dias, praticamente igual à média de prazo do ano anterior. Já no rito ordinário, o prazo médio, em 2015, alcançou 179,28 dias, prazo este 17,48% maior que o de 2014. A seu turno, os dados do ano de 2016, colhidos de janeiro a junho, apontam uma significativa tendência de elevação do prazo médio entre o início e o encerramento da liquidação em relação ao rito sumaríssimo (114,27%) e um pequeno aumento (11,07%) no que diz respeito ao ordinário.



Na comparação com as demais unidades, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 foi 2,01% menor (3,51 dias) que o de todas as Varas Trabalhistas constantes da mesma faixa de movimentação processual e 20,77% menor (44,89 dias) na comparação com a média da 1ª instância de toda a 4ª Região. Outrossim, os dados do período de janeiro a junho de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de liquidação foi 8,19% maior (15,1 dias maior) que as demais Unidades Similares e 13,83% menor (32,02 dias) que o prazo médio verificado em toda a 4ª Região, conforme apontado no gráfico abaixo.



### 4.3 FASE DE EXECUÇÃO

		Prazos médios (em dias)			2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
		2014	2015	Variação 2014-2015		
Do início ao encerramento da execução	Média Ente privado	280,50	425,06	51,54%	443,46	4,33%
	Média Ente público	772,44	465,38	-39,75%	692,34	48,77%
	Média Geral	340,13	426,30	25,33%	469,20	10,06%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado se trata de ente privado, elevou-se de 280,50 dias, em 2014, para 425,06 dias, em 2015. Entre janeiro e junho de 2016, a média sofreu novo aumento para 443,46 dias, prazo 4,33% maior que o verificado no período anterior.

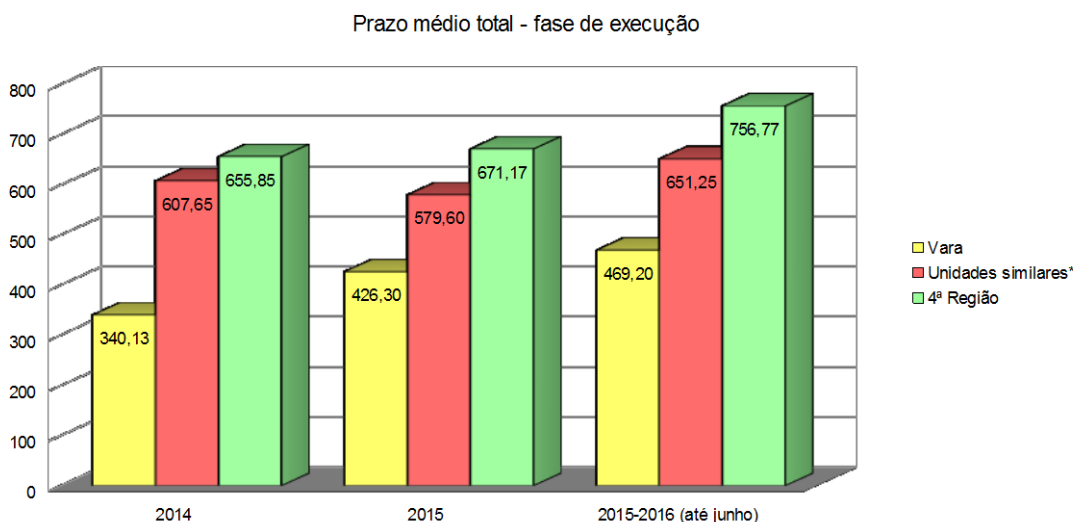
Nas ações em que o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução diminuiu de 772,44 dias, em 2014, para 465,38,



em 2015, o que representa um recuo de 39,75%. No primeiro semestre de 2016, o lapso de tramitação sofreu nova elevação para 692,34 dias, com aumento de 48,77% na comparação com os dados de 2015.

Na comparação com o desempenho das demais unidades em 2015, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na Unidade foi 153,30 dias menor que o das unidades semelhantes e 244,87 dias menor que a média de toda a 4ª Região. Sinala-se que as diferenças verificadas, tanto em relação às unidades de porte semelhante quanto em comparação com a média geral do TRT4, vêm sendo reduzidas, o que pode ser atribuído a um crescimento mais acentuado dos prazos da Unidade na comparação com o crescimento verificado nos prazos das demais unidades de mesmo porte e de todo o TRT4.

Finalmente, verifica-se que nesses seis primeiros meses de 2016, o prazo médio da Unidade foi 27,95% menor (182,04 dias) que a média das demais Unidades com movimentação processual similar e 38% menor (287,57 dias) que o prazo apurado em toda a primeira instância da 4ª Região.



## 5 METAS

### 5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

**5.1.1 Meta 1:** “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2015	Solucionados até 31.12.2015	%	Resultado
794	824	103,78%	Meta Cumprida

**5.1.2 Meta 2:** “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.



META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 1º.01.2014 e 31.12.2015	%	Resultado
438	434	99,09%	Meta cumprida

**5.1.3 Meta 5:** “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015	Execuções baixadas* em 2015	Grau de Cumprimento	Resultado
312	349	111,86%	Meta cumprida

\* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

**5.1.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 1º.01.2013 e 31.12.2015	Grau de cumprimento	Resultado
9	9	100,00%	Meta cumprida

**5.1.5 Meta 7:** “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo de processos tramitando em 31.12.2015
Wms Supermercados do Brasil Ltda.	12	16
Estado do Rio Grande do Sul	2	8
Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	0	0
Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	22	10
União	4	10
OI S.A.	0	1
Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	3	2



Caixa Econômica Federal - CEF	1	3
Banco do Brasil S.A.	2	2
Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0

Total em 2014	Total em 2015	Percentual atingido	Resultado
46	52	13,04%	Meta não cumprida

### 5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015	Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015	Resultado
228,17	197,77	234,37	195,79	Meta não cumprida

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015	Meta para 2015	Resultado
Total de acordos	427	352	389,5	387	394	Meta não cumprida

### 5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

5.2.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 30.06.2016	Solucionados até 30/06/2016	%	Resultado parcial (até 30.06)
386	397	102,85%	Indicativo de cumprimento da meta

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.



META 2/2016 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2014	Processos distribuídos até 31.12.2014 e julgados entre 1º.01.2015 e 30.06	%	Resultado parcial (até 30.06)
409	398	97,31%	Meta já cumprida

**5.2.3 Meta 3:** “Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META 3/2016 CNJ						
	2013	2014	Média 2013/2014	2016 (até 30.06)	Meta para 2016	Resultado parcial (até 30.06)
<b>Total de acordos</b>	427	352	389,5	183	398	Período insuficiente para verificação do cumprimento da meta
<b>Média mensal de acordos</b>	35,58	29,33	32,46	30,50	33,17	

**5.2.4 Meta 5:** “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2016 CNJ			
Casos novos de execução em 2016	Execuções baixadas* em 2016 (até 30.06)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até 30.06)
193	205	106,22%	Indicativo de cumprimento da meta

\* Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pendente apenas pagamento de custas processuais.

**5.2.5 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

META 6/2016 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 pendentes de solução	Resultado
0	Meta já cumprida

**5.2.6 Meta 7:** “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.





Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2015	Acervo de processos tramitando em 31.05.2016
Wms Supermercados do Brasil Ltda.	16	7
União	10	1
Estado do Rio Grande do Sul	8	3
Caixa Econômica Federal - CEF	3	1
Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	10	5
OI S.A.	1	5
Banco do Estado do Rio Grande do Sul	3	1
Claro S.A.	0	0
Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	0	2
Wms Supermercados do Brasil Ltda.	16	7

Total em 2015	Total em 2016 (até maio)	Percentual atingido	Resultado
51	25	<b>-50,98%</b>	<b>Indicativo de cumprimento da meta</b>

## **6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES**

### **6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA**

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às terças-feiras, pela manhã e à tarde e às quartas-feiras, alternadamente, a cada quinze dias, em face da realização de audiências no Posto de Itaqui. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta*	Quinta	Sexta
<b>Manhã</b>		6 (I) 1(U) 3(P)	6 (I) 1(U) 3(P)		
<b>Tarde</b>		6 (I) 1(U) 3(P)	6 (I) 1(U) 3(P)		

(Fonte: Informação do Diretor de Secretaria em 16.08.2016)



Legenda:

- I – Audiências iniciais de rito ordinário*
- U – Audiências unas de rito sumaríssimo*
- P – Audiências de prosseguimento*
- CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias*
- E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução*

O Diretor de Secretaria informou que são ajuizadas poucas ações pelo rito sumaríssimo. Disse haver, eventualmente, pauta nas quintas-feiras e que somente há audiências de conciliação na fase de execução se houver requerimento das partes. Os processos são incluídos em pauta na secretaria, não há marcação automática pelo sistema.

## 6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada		Próxima Data Livre	
	J1	J2	J1	J2
<b>Inicial</b>	01.09.2016	-	30.08.2016	-
<b>Una Sumaríssimo</b>	02.08.2016	-	24.08.2016	-
<b>Instrução</b>	14.03.2017	-	21.09.2016	-

(Fonte: Informação do Diretor de Secretaria em 16.08.2016)

## 6.3 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015- 2016
		<b>Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência</b>	<b>Média Sumaríssimo</b>	54,5	43,85	-19,55%
	<b>Média Ordinário</b>	45,91	39,6	-13,74%	225,71	469,90%
	<b>Média Geral</b>	<b>46,88</b>	<b>40,04</b>	<b>-14,60%</b>	<b>213,51</b>	<b>433,29%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo foi reduzido de 54,5 dias, em 2014, para 43,85 dias, em 2015 (redução de 19,56%). Outrossim, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário diminuiu de 45,91 dias, em 2014, para 39,6 dias, em 2015 (queda de 13,74%). O prazo médio, assim, totalizou 40,04 dias ao final do ano de 2015, registrando queda de 14,60% em relação ao ano anterior.

Sinala-se que os dados parciais do ano de 2016, colhidos no período de janeiro a junho, apontam elevação do prazo dos processos distribuídos pelo rito sumaríssimo para 56,25 dias (variação de 28,29%) e também no rito ordinário, o qual registrou, ao fim de junho, prazo médio de 225,71,51 dias (acréscimo de 469,90%).



**É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada.**

Em consulta ao livro pauta no momento da inspeção, as pautas efetivamente disponíveis apresentam prazo médio inferior ao apontado pelo sistema e-Gestão.

#### 6.4 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS DE ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015- 2016
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Média Sumaríssimo	51,08	29,06	-43,11%	204,13	602,37%
	Média Ordinário	194,72	174,03	-10,63%	199,12	14,42%
	Média Geral	179,4	156,7	-12,65%	199,50	27,32%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo, quando necessárias, tiveram o prazo reduzido de 51,08 dias, em 2014, para 29,06 dias, em 2015 (queda de 43,11%). Por sua vez, no rito ordinário, foi registrado recuo do prazo médio de 194,72 dias, em 2014, para 174,03 dias, em 2015 (queda de 10,63%). Por fim, os dados parciais do primeiro semestre deste ano, sinalizam uma tendência de crescimento dos prazos das audiências de instrução, tanto no rito sumaríssimo quanto no rito ordinário, destacando-se que o prazo médio para os processos do rito sumaríssimo chegou a 204,13 dias.

Em consulta ao livro pauta no momento da inspeção, as pautas efetivamente disponíveis apresentam prazo médio inferior ao apontado pelo sistema e-Gestão.

#### 6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

2015					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Adair João Magnaguagno	717	580	77	22	1.396
<b>TOTAL</b>	<b>717</b>	<b>580</b>	<b>77</b>	<b>22</b>	<b>1.396</b>

2016 (até 30.06)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Adair João Magnaguagno	312	222	22	10	566



<b>TOTAL</b>	<b>312</b>	<b>222</b>	<b>22</b>	<b>10</b>	<b>566</b>
--------------	------------	------------	-----------	-----------	------------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

## 6.6 ADIAMENTO DE PAUTA

Eventuais adiamentos de pautas deverão ser comunicados à Corregedoria Regional, para fins informativos, conforme previsto no art. 4º, § 8º do Provimento nº 250/2016, da Corregedoria Regional.

## 6.7 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constatase que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

## 6.8 PROCESSOS SOLUCIONADOS

Juiz (a)	2015					
	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
ADAIR JOÃO MAGNAGUAGNO	385	270	4	659	58	<b>717</b>
ÁTILA DA ROLD ROESLER	1	40	0	41	5	<b>46</b>
EDUARDO BATISTA VARGAS	0	1	0	1	-	<b>1</b>
FERNANDO REICHENBACH	0	6	0	6	-	<b>6</b>
JAQUELINE MARIA MENTA	1	17	0	18	1	<b>19</b>
LAURA BALBUENA VALENTE GABRIEL	0	32	0	32	-	<b>32</b>
MARCELO BERGMANN HENTSCHE	0	0	0	0	1	<b>1</b>
RACHEL DE SOUZA CARNEIRO	0	3	0	3	-	<b>3</b>
<b>TOTAL</b>	<b>387</b>	<b>369</b>	<b>4</b>	<b>760</b>	<b>65</b>	<b>825</b>

Juiz (a)	2016 (até 30.06)					
	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
ADAIR JOÃO MAGNAGUAGNO	179	176	1	356	33	<b>389</b>
ÁTILA DA ROLD ROESLER	-	1	0	1	-	<b>1</b>



JAQUELINE MARIA MENTA	4	0	0	4	2	6
RACHEL DE SOUZA CARNEIRO	-	1	0	1	-	1
<b>TOTAL</b>	<b>183</b>	<b>178</b>	<b>1</b>	<b>362</b>	<b>35</b>	<b>397</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

## 6.9 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS

Esta Corregedoria dá ênfase às sentenças não proferidas no prazo de 50 dias, em atenção ao §3º do art. 6º da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e ao processo de Consulta 5202-74.2016.5.00.0000 do CSJT.

Juiz(a)	Tipo de Incidente	Quantidade
Juiz Titular Adair João Magnaguagno	Processos de cognição	32
Juiz Titular Adair João Magnaguagno	Impugnações à sentença de liquidação	03
Juiz Titular Adair João Magnaguagno	Embargos à execução	06
<b>Total: 41 processos</b>		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 15.08.2016.)

## 7 ROTINAS DE SECRETARIA

### 7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES e OFÍCIOS

As notificações e os ofícios urgentes são realizadas de imediato, assim que publicado o despacho. Nos demais casos, as notificações são expedidas em, no máximo, 3 dias da determinação. Os ofícios são expedidos uma vez por semana.

### 7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, AUTORIZAÇÕES JUDICIAIS, PRECATÓRIOS E RPVs

Mandados e autorizações judiciais são expedidos em até cinco dias após a assinatura do despacho. Às vezes, em função do volume e da complexidade, pode demorar um pouco mais de tempo para a expedição.

Há poucos Precatórios e Requisições de Pequeno Valor, os quais são expedidos de imediato, no mesmo dia da determinação.

### 7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Os alvarás são expedidos no mesmo dia da determinação.

### 7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO

A unidade recebe, em média, 40 petições por dia entre processos físicos e eletrônicos - 35% de eletrônicos e 65% físicos. No dia da inspeção estavam sendo analisadas as petições protocoladas no dia anterior, 15.08.2016.



## 7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

Nos processos físicos, o prazo é certificado uma vez por semana (na data da correição estava sendo certificado o prazo do dia 05.08.2016). Nos processos eletrônicos, a certificação do prazo é feita diariamente.

## 7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Os processos físicos são remetidos ao TRT uma vez por semana.

## 7.7 CONVÊNIOS

A unidade utiliza os convênios BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SERASAJUD. O próprio Diretor realiza as consultas uma vez por semana.

## 7.8 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

O arquivamento de processos é feito mensalmente.

## 7.9. EXECUÇÃO REUNIDA

A Unidade tem poucas execuções reunidas, mas as existentes são bastante volumosas, envolvem um grande número de processos. Nos processos reunidos não é registrado o andamento de *extinção da execução* mas sim o andamento de *execução reunida*.

## 7.10 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT

A inscrição no BNDT é feita logo após o resultado do convênio BacenJud, e a retirada ocorre no momento do despacho que libera os alvarás.

## 7.11 EXAME DOS LIVROS

### 7.11.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo
1	0000105-25.2015.5.04.0871	18.07.2016
2	0000130-14.2010.5.04.0871	25.07.2016
3	0045300-48.2006.5.04.0871	26.07.2016
4	0000318-31.2015.5.04.0871	27.07.2016
5	0032000-48.2008.5.04.0871	29.07.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.08.2016)

Conforme consulta ao Sistema inFOR, verificou-se que, embora estejam vencidos os prazos de devolução de autos há mais de 10 dias, há visível empenho (despachos proferidos, expedição de notificações e mandados de busca apreensão de autos) pela Unidade Judiciária para a cobrança e devolução desses processos.

### 7.11.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias



	Processo	Prazo
1	0000146-60.2013.5.04.0871	30.11.2015
2	0000145-75.2013.5.04.0871	07.03.2016
3	0000565-17.2012.5.04.0871	02.05.2016
4	0000071-84.2014.5.04.0871	18.07.2016
5	0000143-08.2013.5.04.0871	26.07.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em.15.08.2016)

Conforme informado pelo Diretor, os processos em carga com peritos e com prazos vencidos são cobrados por e-mail.

### 7.11.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR (25.05.2016)

	Carga OJ	Processo	Prazo
1	871-00152/16	0000004-85.2015.5.04.0871	12.07.2016
2	871-00158/16	0000352-06.2015.5.04.0871	28.07.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.08.2016)

Há apenas 01 Oficial de Justiça lotado na unidade, o qual também atende o PAJT de Itaquí. A extensão territorial da jurisdição, que abrange cinco municípios, é de 11.000 km<sup>2</sup>, uma das maiores do Estado. Evidente que a área de responsabilidade do Oficial de Justiça é muito grande; nessa condição de trabalho, o Oficial vê-se compelido a priorizar o cumprimento de medidas urgentes, o que tem feito a contento. Mesmo nessas condições, é ínfimo o número de mandados em carga com prazo superior a 10 dias.

## 8 EXAME DOS PROCESSOS

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correição à Vice-Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 15.08.2016, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **312 processos**. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

### 8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	Processo nº 0000226-58.2012.5.04.0871
---	---------------------------------------



**Fase:** Execução

**Aspectos Gerais dos autos:** Nada a apontar.

**Movimentação Processual:** Nada a apontar

**2** **Processo nº 0000613-10.2011.5.04.0871**

**Fase:** Execução

**Aspectos Gerais dos autos:** Nada a apontar.

**Movimentação Processual:** Nada a apontar

**3** **Processo nº 0000026-22.2010.5.04.0871**

**Fase:** Solucionado

**Aspectos Gerais dos autos:** Nada a apontar

**Movimentação Processual:** Nada a apontar

**4** **Processo nº 0000031-05.2014.5.04.0871**

**Fase:** Execução

**Aspectos Gerais dos autos:** nada a apontar

**MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL:** Demora no impulso processual – entre o cumprimento da decisão da fl. 93 e a certificação de que restaram frustradas as tentativas de penhora por meio do sistema Bacen-Jud (fl.100).

**5** **Processo nº 0000439-93.2014.5.04.0871**

**Fase:** Conhecimento

**Aspectos Gerais dos autos:** Recibos juntados após as petições as quais que se referem (fls. 131, 163, 167), fora da ordem cronológica.

**Movimentação Processual:** Demora no impulso processual: expedida carta precatória notificatória, em 11-5-2015 (fl.123), foram solicitadas informações sobre o seu andamento somente em 21-10-2015 (fl.142). Interposto recurso ordinário, em 26-5-2015, as partes foram notificadas para contra-arrazoar em 8-10-2015, enviados os autos ao TRT somente em 5-11-2015.

**6** **Processo nº 0000368-62.2012.5.04.0871**

**Fase:** Execução

**Aspectos Gerais dos autos:** Nada a apontar.

**Movimentação Processual:** Demora no impulso processual: após o encaminhamento da certidão de cálculos ao Juízo Auxiliar de Conciliação, em 6-10-2015 (fl.376), o processo somente teve novo impulso em 18-2-2016 (fl.378).

**7** **Processo nº 0000139-68.2013.5-04.0871**





**Fase:** Execução

**Aspectos Gerais dos autos:** Termo de encerramento do segundo volume registra número de folhas que não condizem com a realidade (art. 72. §1º, da CPCR)

**Movimentação Processual:** Demora no impulso processual: processo sem andamento de dezembro de 2015 (fl.441) a 17-3-2016 (fl.443)

8

Processo nº 0000527-34.2014.5.04.0871

**Fase:** Solucionado

**Aspectos Gerais dos autos:** Nada a apontar.

**Movimentação Processual:** Nada a apontar.

9

Processo nº 0000024-13.2014.5.04.0871

**Fase:** Liquidação

**Aspectos Gerais dos autos:** Ausência de informação imprescindível no termo de carga: não consta o prazo para devolução dos autos (fl. 342; art. 53, VI, da CPCR)

**Movimentação Processual:** Nada a apontar.

10

Processo nº 0012900-44.2007.5.04.0871

**Fase:** Execução

**Aspectos Gerais dos autos:** Ausência de informação imprescindível nos termos de carga: não consta o prazo para devolução dos autos (fl. 458, 476, 497; art. 53, VI, da CPCR). Termo de juntada (fl.481 v) não consigna os documentos que acompanham o ofício (fls.482-490).

**Movimentação Processual:** Nada a apontar.

\* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2015.

## 8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as **práticas irregulares** da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 15.08.2016.

Ausência de andamento de suspensão de processo – Processos Exemplos:	
0000473-73.2011.5.04.0871	0101900-55.2007.5.04.0871
Registros desatualizados – Processos Exemplos:	
0000286-65.2011.5.04.0871	0000135-31.2013.5.04.0871
0024700-74.2004.5.04.0871	0000092-31.2012.5.04.0871
0000153-86.2012.5.04.0871	0000082-84.2012.5.04.0871



0000109-67.2012.5.04.0871	0000165-66.2013.5.04.0871
0000071-21.2013.5.04.0871	0000078-47.2012.5.04.0871
0000254-26.2012.5.04.0871	0000191-35.2011.5.04.0871
0000237-19.2014.5.04.0871	0000074-39.2014.5.04.0871
0000268-73.2013.5.04.0871	0000269-58.2013.5.04.0871
0000462-10.2012.5.04.0871	0000473-73.2011.5.04.0871

### 8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Conforme informação do Diretor de Secretaria a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, de que trata do pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal. Salienta-se que a referida Consolidação vigeu até 15.03.2016, por quase todo o período correccionado. De todo modo, a nova Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em seu art. 26, I, repete “*ipsis litteris*” o art. 18, I, supracitado.

### 8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Segundo informação do Diretor de Secretaria, o Juiz **ordena** a pronta liberação do depósito em favor do credor quando da homologação dos cálculos (o valor do depósito recursal é deduzido da conta e o devedor citado pelo valor líquido).

### 8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Por ocasião da correição, o Diretor de Secretaria informou que o Juiz, atualmente, quando da desconsideração da personalidade da empresa executada, determina a utilização do convênio BacenJud em relação ao sócio para, após, citá-lo.

### 9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em 03.09.2013.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente no dia 15.08.2016, ocasião em que o acervo processual da Vara do Trabalho de São Borja contava



com 304 processos na fase de conhecimento, 8 processos na fase de liquidação, 23 processos na fase de execução e 200 processos arquivados.

Agrupadores	Quantidade de Processos
Processos com petições avulsas	2
Processos com Habilitações nos Autos Não Lidas	5
Processos com petições não apreciadas	26
Mandados devolvidos pelo Oficial de Justiça	1
Processos com audiências não designadas	4
Processos aguardando encaminhamento do secretário de audiência (atas assinadas)	1

Pasta	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Aguardando cumprimento de providência	Aguardando Cumprimento de Providência - 2016 - 08 (agosto) - 01 a 10	7	0020170-07.2016.5.04.0871	27.05.2016
Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento	10	0020061-27.2015.5.04.0871	09.03.2016
Aguardando audiência	Conhecimento	150	0020173-93.2015.5.04.0871	25.11.2015
Aguardando cumprimento de acordo ou pagamentos	Aguardando cumprimento de acordo ou pagamentos - 2016 - 08 (agosto) - 11 a 20	20	0020025-82.2015.5.04.0871	08.10.2015
Aguardando Término de prazo	Conhecimento	34	0020500-04.2016.5.04.0871	28.07.2016
Analisar Despacho	Analisar Despacho - ADAIR JOAO MAGNAGUAGNO	1	0020557-22.2016.5.04.0871	13.08.2016
Análise de Perícias	Análise das Perícias - 2016 - 08 (agosto) - 21 a 31	27	0020337-24.2016.5.04.0871	27.06.2016



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Análise do Conhecimento</b>	Conhecimento	1	0020051-80.2015.5.04.0871	08.08.2016
<b>Minutar Decisão</b>	Conhecimento	2	0020423-92.2016.5.04.0871	02.08.2016
<b>Minutar sentença</b>	Conhecimento	42	0020118-45.2015.5.04.0871	01.06.2016
<b>Prazos Vencidos</b>	Conhecimento	3	0020048-91.2016.5.04.0871	04.08.2016
<b>Preparar Comunicação</b>	Conhecimento	6	0020010-16.2015.5.04.0871	10.08.2016
<b>Triagem Inicial</b>	Triagem Inicial - Aparicio 0, 1 e 6	2	0020550-30.2016.5.04.0871	12.08.2016
<b>Aguardando Término dos prazos</b>	Liquidação	6	0020075-11.2015.5.04.0871	29.07.2016
<b>Análise de Liquidação</b>	Liquidação	1	0020187-77.2015.5.04.0871	15.08.2016
<b>Prazos Vencidos</b>	Liquidação	1	0020156-57.2015.5.04.0871	11.08.2016
<b>Aguardando Cumprimento de Providência - Exec</b>	- Aguardando Cumprimento de Providência - Exec - Aguardando leilão 30-08-16	7	0020140-69.2016.5.04.0871	15.07.2016
<b>Aguardando cumprimento de acordo ou pagamento</b>	Aguardando cumprimento de acordo ou pagamentos - 2016 - 10 (outubro) - 01 a 10	3	0020175-63.2015.5.04.0871	20.06.2016
<b>Aguardando término dos prazos</b>	Execução	6	0020060-42.2015.5.04.0871	08.06.2016
<b>Analisar Despacho - Exec</b>	Analisar Despacho - Exec - ADAIR JOAO MAGNAGUAGNO	1	0020041-36.2015.5.04.0871	12.08.2016
<b>Análise de Execução</b>	Execução	2	0020030-07.2015.5.04.0871	09.08.2016
<b>Iniciar Execução</b>	Execução	3	0020120-15.2015.5.04.0871	10.08.2016
<b>Prazos Vencidos</b>	Execução	2	0020090-77.2015.5.04.0871	02.08.2016



Para apontamentos específicos quanto ao andamento/movimentação processual, foram selecionados e analisados os seguintes processos entre os dias 04.08.2016:

1	<b>Processo nº 0020173-93.2015.5.04.0871</b>
<b>Fase:</b> Conhecimento <b>Movimentação Processual:</b> demora no impulso processual – após o retorno de notificação devolvida pela ECT em 07.12.2015 (ID 8bc245e), a qual havia sido remetida ao reclamado para ciência de audiência inicial, foi exarada certidão com referência à retirada do processo de pauta, indicando ainda a intimação, por telefone, do Procurador dos reclamantes nesse sentido. Todavia, não houve expedição de notificação aos reclamantes com a finalidade de fornecimento de novo endereço do reclamado ou adoção de qualquer outra medida que viabilizasse a comunicação processual. Também não é verificada nova designação de data para audiência inicial.  Processo na pasta de tarefa “Aguardando audiência” desde 25.11.2015.	
2	<b>Processo nº 0020090-77.2015.5.04.0871</b>
<b>Fase:</b> Execução <b>Movimentação processual:</b> demora no impulso processual – após a devolução do mandado de citação do executado em 09.03.2016 (ID baa0a23), foi proferido despacho em 14.03.2016 (ID 4f39f86), determinando a tentativa de bloqueio de valores mediante o convênio Bacenjud, com cumprimento efetivado em 28.03.2016 (ID 46a1dd8).	
3	<b>Processo nº 0020085-55.2015.5.04.0871</b>
<b>Fase:</b> Conhecimento <b>Movimentação processual:</b> demora no impulso processual – após as manifestações das partes em 06.06 e 10.06.2016 (IDs fa1c1eb e 3df015b) acerca dos documentos apresentados pelo INSS, não houve cumprimento da determinação preestabelecida na audiência realizada em 10.05.2016 (ID 5078c2d) quanto à conclusão dos autos para deliberações.  Processo na pasta de tarefa “Aguardando audiência” desde 10.06.2016.	
4	<b>Processo nº 0020187-77.2015.5.04.0871</b>
<b>Fase:</b> Liquidação <b>Movimentação Processual:</b> demora no impulso processual – despacho proferido em 15.07.2016 (ID e7203cb), determinando a expedição de ofício ao Juízo Cível e notificação ao perito contábil, com cumprimento efetivado em 01.08.2016 (IDs 660f84f e 073a458).	

O Diretor de Secretaria informou que todos os servidores atuam no PJe e que o trabalho é dividido por carteira, de acordo com a numeração final do processo.

Os processos são movimentados regularmente e, na data da inspeção, não foram constatadas irregularidades relevantes em relação aos prazos e andamentos processuais.

Há uma boa organização das pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa, que são organizadas por prazo, possibilitando uma boa visualização



e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade.

## **10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT**

Conforme consulta ao cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, **não houve atuação** da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado na Unidade Judiciária.

## **11 OUVIDORIA**

Constam na Ouvidoria deste TRT **3 expedientes** relativos à Vara do Trabalho de São Borja durante o período correccionado: 01 no ano de 2015 e 02 neste ano de 2016, abaixo listados:

Ano	Protocolo nº	Processo nº
2015	1119/2015	Elogio pelo profissionalismo e cordialidade dos serventuários e do Juiz Adair Joao Magnaguagno.
2016	1133/2016	00001145-07.2015.5.04.0871
2016	1374/2016	0000578-79.2013.5.04.0871

Os expedientes protocolados no ano de 2016 se referem a pedido de prolação de sentença.

## **12 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE**

O acervo processual da Vara do Trabalho de São Borja tem se mantido constante. O número de processos pendentes de solução vem reduzindo a cada ano. O percentual de acordo tem sido superior ao das unidades similares e à média geral de todo o TRT da 4ª Região. A execução também sofreu pequena redução, bem como o prazo médio de tramitação nessa fase. Em suma, a unidade se caracteriza por manter o estoque de processos num nível razoável.

O cadastro no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas continua sendo feito de forma adequada pela unidade. Não há nenhum processo com inscrição equivocada no BNDT.

A Vara do Trabalho de São Borja abrange uma grande área territorial (Garruchos, Itaqui, Maçambará, Santo Antônio das Missões e São Borja) e conta com somente um Oficial de Justiça. É uma das maiores circunscrições do estado: todos os Municípios somados chegam a uma área de 11.500 quilômetros quadrados, situação essa que não tem recebido a devida atenção por parte desse Tribunal, pois a Unidade conta com somente um Oficial de Justiça desde 25.02.2016. Os mandados a serem cumpridos são de grande complexidade



(penhora e remoções de maquinários grandes, longo tempo de cumprimento para cada mandado em face da dificuldade de localização de bens) e, em grande parte, cumpridos em zona rural. Há grande quantidade de mandados a serem cumpridos em regime de urgência, tais como notificações e Cartas Precatórias para intimação de audiências. Para tanto, o único Oficial de Justiça lotado na Unidade percorre entre 1.000 e 1.500 quilômetros por semana, boa parte em estradas sem pavimentação.

Constatou-se, na data da inspeção, que o prédio é inadequado para abrigar a secretaria da Vara tendo em vista o espaço reduzido. Inclusive o átrio não comporta a quantidade de pessoas que aguardam a audiência. A sala destinada ao arquivo é bastante precária, sendo necessário utilizar escadas para manusear os lotes de processos nas prateleiras. As perícias são feitas na sala de audiências ou na sala da OAB devido à falta de local adequado. Segundo informações constantes do Relatório de Informações sobre a edificação, enviado pela SEMPRO, a obra de construção da nova sede tem prioridade 1 no Plano de Obras 2016/2020. O projeto está em fase final de elaboração e aprovação.

Solicitou o Diretor a realização de cursos para os servidores, que poderia ser disponibilizado no Foro de Uruguiana, contemplando também aqueles servidores.

Na visita à unidade, constatou-se o alto grau de comprometimento do Diretor de Secretaria Aparício Brasil Cabral Neto, que conduz o trabalho de forma a engajar todos os servidores, propiciando um ótimo ambiente de trabalho. O Juiz Titular Adair João Magnaguagno mostrou-se bastante comprometido com a jurisdição. Destaca-se o tratamento acolhedor dispensado pelos servidores a essa equipe da Vice-Corregedoria durante a visita.

Parabeniza-se, em especial, a atuação do Oficial de Justiça Roberto Tomoyochi Kawano, pelo excepcional empenho no cumprimento dos mandados, cumprindo rigorosamente em dia os prazos processuais evitando, assim, qualquer prejuízo à pauta.

### **13 RECOMENDAÇÕES**

Recomenda-se dar andamento de execução encerrada nos processos que estão aguardando pagamento de precatório e RPV, como, por exemplo os processos 0010400-39.2006.5.04.0871 e 0014700-35.1992.5.04.0871, dentre outros.

#### **ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)**

Recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

#### **ITEM 5.1.6 (Meta do CNJ específicas da Justiça do Trabalho - 2015)**



Recomenda-se que a Unidade se empenhe em promover, dentro do possível, a redução do prazo médio na fase de conhecimento, tendo em vista que não observada a diretriz definida na meta em epígrafe (item 5.1.6, a), que estabeleceu a redução em 1% do prazo médio geral nas Unidades de primeiro grau da 4ª Região.

#### **ITEM 5.2.3 (Meta CNJ 3/2016)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que empreenda esforços para o aumento do número de conciliações nesse ano, de forma a atingir a referida meta, tendo em vista que não observado o respectivo cumprimento da meta prevista para o ano de 2015 (item 5.1.6 “b”) com idêntico objeto.

#### **ITEM 5.2.4 (Meta CNJ 5/2016)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços no arquivamento definitivo do maior número de execuções possível, sugerindo-se incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação, bem como a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (Bacen Jud, HOD, Infojud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG, etc.) a fim de simplificar os atos processuais da fase de execução.

#### **ITEM 9 (Processo Judicial Eletrônico – Pje)**

Observe a Secretaria as seguintes recomendações:

- a) atente para a necessidade da prática dos atos de notificação logo após a publicação dos despachos ou decisões nesse sentido.
- b) transcorrido o prazo para manifestação das partes, realize, com brevidade, o impulso processual por iniciativa do Juízo, em especial, quanto ao cumprimento de determinações preestabelecidas em despachos, decisões ou audiências já realizadas.
- c) recomenda-se que o deslocamento entre as pastas dos processos eletrônicos seja efetuado com brevidade como forma de viabilizar a efetivação célere dos atos processuais subsequentes, em especial, no que concerne aos processos com audiência já realizada e que não possuem nova data designada.

### **14 DETERMINAÇÕES**

#### **14.1 Secretaria**

##### **ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)**

Determina-se que a Unidade Judiciária, a fim de sanar as distorções estatísticas verificadas:





a) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção dos embargos de declaração apresentados pelo reclamante no processo n. **0010046-33.2014.5.04.0871**.

### **ITENS 7.11.1 e 7.11.2 (Advogados e Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 Dias)**

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.11.1 e 7.11.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim.

### **ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)**

Determina-se que a Unidade Judiciária:

a) observe o que dispõe o item VI do artigo 53 da CPCR quanto ao registro do prazo de devolução dos autos;

b) observe o artigo 72, §1º, da CPCR, quando da elaboração do termo de encerramento de volume;

c) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, lançando-o, sempre que possível, no verso da folha em que houve a última movimentação processual, conforme o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPCR;

d) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, com brevidade, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC de 1973 e art. 228 do CPC de 2015.

### **ITEM 8.2 (Irregularidades nos andamentos no InFOR)**

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em 312 processos parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize os andamentos processuais abaixo exemplificados e todos que estejam em situação similar. Para tanto, registre a suspensão no inFOR, conforme determinado, nos processos de nº 0000473-73.2011.5.04.0871 e 0101900-55.2007.5.04.0871, dentre outros.

## **14.2 MAGISTRADOS**



### **ITEM 6.9 (Sentenças com Prazo Excedido)**

Nesta data não remanescem as pendências apontadas no item 6.9. Nada a determinar, portanto.

### **15 SOLICITAÇÕES PARA A ÁREA ADMINISTRATIVA/JUDICIÁRIA**

Solicita-se à SEGESP informações quanto à viabilidade da realização de cursos para os servidores da Vara de São Borja, a ser disponibilizado no Foro de Uruguaiana, contemplando os servidores das duas regiões. Ressalte-se que o Diretor informou que não tem sido oferecido cursos de atualização na área do Direto e, tampouco, sobre as novas funcionalidades do PEJ.

A solicitação para que fosse lotado na unidade mais um Oficial de Justiça já foi atendida. Nada a solicitar, portanto.

### **15 PRAZO PARA RESPOSTA**

O Diretor deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria (exclusivamente pelo *e-mail* vice\_cor@trt4.jus.br) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

### **16 PRESENCAS**

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Juiz Titular Adair João Magnaguagno, com o Diretor de Secretaria Aparicio Brasil Cabral Neto, com o oficial de Justiça Roberto Tomoyochi Kawano e com os servidores da Unidade Judiciária, o Vice- Corregedor esteve na Secretaria da Vara do Trabalho de São Borja, das 15h30min às 16h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes a essa Vara do Trabalho. Compareceram o Procurador do Município, Dr. Adriano Moraes e o Vice-Presidente da OAB, Subseção São Borja, Dr. Nilton Gabriel Paz Koltermann. Solicitaram agilidade na construção do novo prédio e elogiaram o profissionalismo e a cordialidade dos serventuários e do Juiz Adair Joao Magnaguagno, com menção especial ao Oficial de Justiça Roberto Tomoyochi Kawano. Compareceu, também, o advogado Paulo Molinari de Souza, para tratar de assunto relativo a andamento processual.

### **17 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Juiz Titular Adair João Magnaguagno, pelo Diretor de Secretaria Aparicio Brasil Cabral Neto e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por nós, Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, Assessora e Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Vice-Corregedor Regional.

**Marçal Henri Figueiredo**  
**Vice-Corregedor Regional**